

ARTIGOS

Eliane da Silva^I

Andrea Rosendo da Silva^{II}

Escritas latino-americanas: realidades contemporâneas de povos subalternizados

Latin American writings: contemporary realities of subalternized peoples



RESUMO:

Foi proposto neste artigo a análise e reflexão sobre os conhecimentos de intelectuais da América Latina do século XIX até o momento presente, que ousaram refletir sobre pessoas negras, mulheres, povos originários, camponeses e outros grupos subalternizados. Reflexões que divergem epistemologicamente de referenciais teóricos nortecêntricos, impostos em currículos de muitas universidades latino-americanas. Tendo que grande parte de mulheres negras, indígenas e subalternizadas apresentam produções de conhecimentos emancipatórios, subversões de classe, raça e gênero, o artigo aponta principalmente estudos e ideias voltados aos pensamentos trazidos e desenvolvidos por teóricas/os antirracistas, anticoloniais e progressistas. Emprega-se a pesquisa bibliográfica, num modo de descolonização do conhecimento, para compreender o exercício das práticas de avivamento das escritas na América Latina.


Palavras-chave: Descolonização do conhecimento; Povos subalternizados latino-americanos; Escritas de mulheres

ABSTRACT:


This article proposes an analysis and reflection on the knowledge of Latin American researchers from the 19th century to the present day. To this end, it includes some thinkers who dared to reflect on blacks, women, indigenous people, peasants and other subalternized groups. Reflections that diverge epistemologically from the theoretical frameworks imposed by most Brazilian universities, which are more focused on north-centric curricula. Many black, indigenous and subalternized women propose emancipatory knowledge production, subverting class, race and gender. However, this research uses the method of bibliographical research, in which studies are mainly pointed out whose orientations are observed as anti-racist, anti-colonial and progressive theorists, thinking in a way of decolonizing knowledge and exercising practices that revive writing in Latin America.

Keywords: Decolonization of knowledge; Subalternized Latin American peoples; Women's writing

^I Doutora em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense; Pesquisadora, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil.

eliane1silva@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-4328-1602>

^{II} Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná; Doutoranda, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

andreaosendo@usp.br,  <https://orcid.org/0000-0001-6384-2270>

INTRODUÇÃO

O tempo e o espaço nas Américas foi, durante décadas, narrado pelo ponto de vista dos colonizadores. O exercício atual é repensar a interpretação histórica combinada com a narrativa da “conquista”. Apresentando conhecimentos emancipatórios que se voltam para raça, gênero e etnia em diferentes esferas e propósitos. Para tanto, apoiamo-nos em trazer um trabalho descritivo, que apresenta alguns autores/as, não buscando, neste momento, uma apresentação de suas especificidades, mas abrindo o campo para que novas pesquisas possam ser ramificadas a partir daqui.

Consideramos assim intelectuais que possam ser lidos como antirracistas, anticoloniais e progressistas. Observamos pontos que se encaixam nos propósitos desta discussão, abrindo margens para conexão entre ideias, nos trabalhos do cubano Fernando Ortiz (1963), bem como nas pesquisas do brasileiro Abdias Nascimento (1978), que confrontou a teoria da democracia racial em diversas frentes, arte, literatura, cultura, política; nas contribuições do mexicano Octávio Paz (1989) e do intelectual peruano Aníbal Quijano (2005), responsável por incorporar a análise da categoria raça para compreender as relações de classe no sistema capitalista global e conceituar a colonialidade do poder.

Ainda, apresentamos a intelectual Ochy Curiel (2007), Lélia Gonzáles (2008), Silvia Rivera Cusicanqui (2010), Sueli Carneiro (1950-), dentre outras/os, que colocam os estudos sobre gênero, raça e etnia em outro pedestal, de importância para novos rumos de desenvolvimento da América Latina. Nesta linha de raciocínio, dialogamos também com reflexões do peruano José Carlos Mariátegui (2010), o qual desenvolve um foco na inserção do povo indígena na sociedade.

Cabe mencionar pensadores/as que investiram esforços para compreender as relações étnicas e raciais no contexto latino-americano, seja em tempo pretérito ou recente, como se observa na produção de intelectuais latino-americanos. Muitas vezes estes autores foram os primeiros a mostrar visões de mundo questionadoras.

Muitos desses/as apontam para limitações, ou seja, mostram as contradições da categoria classe social para análise dos fenômenos sociais, recorrendo às análises utilizadas nos centros acadêmicos para compreender realidades sócio-históricas de povos originários, afro-latinos, camponeses, mulheres, entre outros grupos marginalizados e subalternizados da América Latina.

Trazer autorias diversificadas para a discussão, nos faz refletir com maturidade sobre a história das Américas, que valorizou, durante muito tempo, apenas a narrativa advinda do colonizador. Os quais prezavam por conquistas, riquezas e

impérios. Negros e indígenas foram atropelados pela ambição de europeus, tendo licença para narrar, após muitos séculos, fatos relativos às ocorrências históricas destrutivas os quais foram submetidos.

A colonização europeia resultou na apropriação de terras, violência contra povos indígenas e africanos, violação de mulheres, marginalização, e silenciamento de crenças religiosas africanas e indígenas, afetando grupos como Tupi, Guarani, Kaiowá, Ticuna, Kaingang, Macuxi, Terena, Guajajara, Ianomâmi, Xavante e outros grupos. Para aplacar a febre por lucros e riquezas, o invasor buscou por mão de obra que fosse barata e descartável. Prevalendo-se assim uma técnica-crime.

Usavam estratégias de busca de “catequização” dos povos indígenas, em especial, por meio do encarceramento em massa, de povos inteiros, em campos de concentração chamados de Reduções Guaraníticas, organizados por missionários jesuítas. A nação indígena não aceitou. No entanto, interpuseram a esta ofensiva todo tipo de rebelião e guerrilha – sendo muitos povos indígenas dizimados por esta tentativa de afastamento do modo de viver europeu.

Atualmente há um número reduzido de povos originários, os quais precisam, em muitas situações, esconderem-se para sobreviver. Ou que são levados à miséria até que se rendam, pela fo-

me, sede, pela miséria, pelo alcoolismo, fatalidades ocasionadas devido ao distanciamento desses povos de seus territórios de origem, que continham terras fartas e abundantes, além de rios de águas cristalinas com espécies incontáveis de peixes, sem a presença de agrotóxicos e pescas predatórias.

As narrativas de teóricos/as que se apresentam com perspectivas descolonizadoras retratam uma fotografia de alta resolução da vida de povos esquecidos da América Latina (sobretudo indígenas e africanos). Povos estes que abasteciam, forçadamente, as mesas dos países europeus com produtos de primeira linha, açúcar, algodão, tabaco, café e outros produtos mais, produzidos principalmente em solos tropicais.

Descendentes de africanos e indígenas continuam em constantes lutas por direitos após incontáveis massacres, estupros das mulheres, miscigenação forçada e outras atrocidades. Estes acontecimentos, todavia, não foram esquecidos, são partes da história e sabedoria desses povos que foram marcados para desaparecerem. Aqueles que resistiram, repassam, por meio de sua descendência, um novo olhar as histórias que são contadas, seja por meio da literatura, materiais didáticos e outros meios de expansão da linguagem, resgatando assim detalhes de um passado que foi maquiavelicamente apagado, que vai além do que foi desenhado pelas mãos de quem detinha o po-

der. Há trechos de luta, sabedoria e conexões com a real historiografia dos sujeitos negros e indígenas.

HERMANOS/AS QUE PRODUZEM CONHECIMENTOS

Vizinhança e “hermanas/os” que circundam o Brasil, seja por suas fronteiras ou por sua presença cultural, como: Cuba, México, Argentina, Peru, Bolívia, Venezuela e regiões que compõem o eixo latino sul da América, constituem visões de mundo que se imbricam para a situação de seu povo, nas respectivas épocas, tratando de questões, no caso desta análise e do *corpus* selecionado, que permeiam povos indígenas, camponeses, mulheres e negros - , pontuando situações que indicam fuga, mesmo que tímida, das ideias que circulavam no eixo dos “países do Norte” (Europa e EUA), expressão cunhada por Boaventura de Souza Santos (2009) – em que se escapava do universo epistêmico do chamado “ocidente”.

Considera-se que as questões colocadas por pensadores latino-americanos no início do séc. 20, com olhares sociológicos aguçados, podem, de diferentes formas, articular junto aos protagonistas e propostas de pensadores negros e indígenas das Américas na contemporaneidade.

Essas discussões nos fazem recuperar, para além das produções dos povos subalternizados,

que deram o tom dos novos rumos de pesquisas que envolvem raça e etnia, o que diz o pesquisador José Luiz Jobim (2020), quando este descreve que também “é importante assinalar que os europeus, ao introduzirem autores e obras provenientes de outros lugares, também elaboraram comparações de autores europeus com os ‘outros’”. Menciona que

[...] isto ocorre porque agora se presume que não são apenas qualidades supostamente essenciais que estão em jogo, mas modos de conhecer e dar sentido a estes territórios, povos, paisagens ou literaturas. Quando se designa como representação um modo de conhecer e dar sentido a estes referentes, isto significa um afastamento de pretensões ontológicas absolutas, um distanciamento do essencialismo que acreditava em características permanentes e inerentes ao ser (Jobim, 2020, p. 20-21).

Em uma conexão entre as discussões de autores/as latino-americanos, trazemos nessas linhas os estudos propostos por Theodor Adorno (1954), como por exemplo as ideias colocadas por este na obra *O ensaio como forma*. Em que elenca pensadores da América do Sul comprometidos em trazer e fazer expandir outras formas de narrativas sobre os povos da América Latina, dentre estes os negros e indígenas, mulheres e outros grupos do Sul Global, marginalizados e oprimidos

no tempo passado e presente.

A tradução do crime praticado contra povos originários e do sequestro de povos africanos pode ser refletida também ao acessarmos as ideias do intelectual peruano Aníbal Quijano (2005). Para o autor, a atual globalização não é um fenômeno contemporâneo, mas uma fase vinculada ao processo de constituição da América.

Quijano (2005) colabora dizendo que os saberes empregados para a colonização das Américas foram justificados pela ideia de superioridade de raças, sendo o colonizador branco colocado no ponto mais alto de uma pirâmide de classificação racial de indivíduos. Essa hierarquia foi fundamental para a organização do sistema colonial e para a atual organização do sistema econômico capitalista global, pois, favoreceu e privilegiou um grupo racial em detrimento de outros.

No entendimento de Quijano (2005), dois eixos foram fundamentais para a estratégia de dominação empregada pelos povos europeus no chamado “novo mundo”: o colonialismo, compreendido pela ideia da organização do trabalho a partir da hierarquização de sujeitos (colonizador x colonizados) e o paradigma da modernidade como ideia de progresso, de avanço e de racionalidade europeia, tendo na figura do sujeito europeu o responsável pela produção das formas de conhecer o mundo, e posto em um lugar de sumidade, de autoridade, de portador de discursos científicos e

filosóficos. A raça, para Quijano (2005), é um marcador fundamental.

Neste sentido, centraliza a raça para compreender as relações sociais coloniais:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. (...) E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p.117).

Se por um lado a hierarquização em torno da raça justificava as relações de dominação por meio de um processo de suposta naturalização da superioridade do homem europeu branco, frente à inferioridade de sujeitos negros e indígenas, por outro, a ideia de modernidade opunha-se aos modos de vida dos diferentes povos originários das Américas. O que não era considerado moderno era, automaticamente, considerado primitivo e sem valor.

Em relação especificamente à geografia, por exemplo, na obra de Fernando Ortiz (1963) constam informações sobre condições climáticas

favoráveis ao plantio de cana-de-açúcar na América Latina, indicando que a estação úmida e chuvosa é muito favorável ao rápido crescimento da cana em Cuba, por exemplo.

Mas o principal fator do sucesso desse empreendimento produtivo – que aliás, raramente é mencionado em estudos sobre pensadores latino-americanos, diz respeito ao trabalho intenso de africanos oriundos da Nova Guiné, na África, local em que a humanidade teve seu primeiro contato com a planta, e cuja técnica agrícola expandida naquele continente permitiu o eficaz manejo, cultivo, bem como a adaptação aos novos terrenos para os quais as plantas foram deslocadas, conforme Silva (2019), junto com os africanos, tomados como escravizados.

Observamos também as contribuições teóricas, com enfoques sobre culturalidades outras, de José Vasconcelos (1925), ideólogo e político mexicano, que escreveu, dentre outras obras, a *La raza Cósmica*, e os trabalhos do mexicano Alfonso Reyes (1933), conhecido como “o leitor de originais” pela definição de Borges e Sérgio Buarque de Hollanda, autor da obra *Raízes do Brasil* (1936), dentre outras.

Nesta mesma linha de raciocínio, José Carlos Mariátegui (2010), ao desenvolver *Os Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, faz duras críticas ao sectarismo presente no pensamento marxista e movimento comunista italiano,

empenhando-se em tornar a teoria revolucionária atuante, com perspectivas de mudanças das realidades do povo peruano. O autor faz a discussão marxista com um foco na luta contra os latifundiários, o que considerava indispensável para a libertação dos povos, em particular, dos indígenas.

Assim, enquanto Mariátegui (2010) busca recolocar o indígena no projeto de transformação do Peru, Antonio Gramsci (2004) faz o mesmo ao tratar do problema do camponês do sul da Itália, expondo o quanto aquele povo era constantemente massacrado pelo setor capitalista.

Estes autores buscam, cada um ao seu modo, olhar mais para as subjetividades de povos indígenas e negros, os quais, mesmo sendo mencionados, não tinham suas próprias visões divulgadas. Sobre ocorrências práticas de desvantagens, já no início do século XX, o pesquisador mexicano Paz (1989) mencionou que na “América Latina há escritores indígenas e negros que estão “entre os melhores”, porém não escrevem sobre si desde sua condição (de subalternizados, do passado escravocrata)”, ou seja, a raça acaba sendo um fator de desvantagem inclusive na literatura desses dois povos em questão, marginalizados sequencialmente ao longo dos anos.

Para tanto, sobre vozes silenciadas em um mesmo espaço de vivências, Paz (1989), traz a ideia de que “unidade não é uniformidade” – ou seja, embora houvesse um movimento de apre-

sentação de uma união em torno da língua castelhana, estas não “são uniformes nas ideias, pensamentos”, conforme mencionou Paz (1989, p. 19, grifo nosso).

Tais reflexões abrem espaços para que haja uma intensificação de escritas que possam evocar uniformidade entre temáticas, seguindo, para além das informações trazidas por teóricos/as não indígenas e não negros, mas com um enfoque na produção cultural dos próprios povos subalternizados, bem como não podemos nos esquecer das escritas femininas, que também são respostas para um sistema que se mostrou opressor no que concerne às questões de gênero, bem como raça e etnia, conforme trazemos na próxima seção.

PENSAMENTO DESCOLONIAL, AFRODIASPÓRICO E DE POVOS ORIGINÁRIOS

Convocamos para compor estes argumentos pensadoras/es contemporâneos/as que problematizam a existência e resistência indígena e negra na América Latina. A socióloga e ativista boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2010), por exemplo, propõe a “mirada periférica”, ou seja, a descolonização do pensamento, bem como a filósofa e ativista Djamilia Ribeiro (2017), que aborda, desde Brasil, o feminismo negro e os protagonis-

mos de mulheres negras, abrindo o debate sobre o que é lugar de fala e o motivo pelo qual povos subalternizados não devem ser silenciados.

Pensar o Brasil contemporâneo sem que possamos colocar no rol de cânones nomes como os de Lélia González (1935-1994) e Sueli Carneiro (1950-) é impensável. Ambas contribuíram para a efervescência das discussões sobre o feminismo negro, na luta contra os sistemas de exploração, do patriarcado e das vias que oprimiam mulheres negras em meados do século 20.

Entre as buscas por discursos feitos, pensados e escritos por mãos femininas, contamos com a produção literária intelectual de mulheres à frente do tempo por terem seus trabalhos reconhecidos ainda que diante de um círculo masculino que se fechava, como se o dom da fala e da maturidade do pensar fosse majoritariamente atribuídas ao sujeito homem e à branquitude.¹

Nesse sentido, recuperamos um pouco da trajetória de Sojourner Truth, uma abolicionista e ex-escravizada, que em 29 de maio de 1851 fez um discurso memorável sobre o sufrágio feminino e os direitos dos negros. Buscando um lugar de fala na *Convenção das Mulheres de Ohio*, EUA. Que entre os riso das crianças e o deboche de muitas contemporâneas feministas, brancas, Truth usou sua identidade para apontar os métodos pelos quais os movimentos (feminista e abolicionista) estavam falhando com as mulheres negras. Por repetidas

vezes ela fez a pergunta: “Eu não sou uma mulher?” (Hooks, 2019). Essa questão continua a ser atual quando se trata de mulheres negras na atualidade, quase cento e setenta anos após o discurso histórico de Sojourner.

A socióloga brasileira Lélia Gonzalez, ao trazer a reflexão concernente à “cosmovisão eurocêntrica sobre a organização social e o neocolonialismo”, sobretudo em relação às ativistas brancas nos debates sobre feminismo, aponta que os discursos delas impediam a problematização de debates e, por conseguinte, a formulação de propostas que se tornassem medidas efetivas para o enfrentamento da condição de exclusão e subalternidade de mulheres descendentes de africanos (Gonzalez, 2018, p. 309).

Assim também, a colaboração de um pensador afrodiaspórico, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1992;1994) junta-se aos discursos de descentralização de conhecimentos e problematiza temporalidades não hegemônicas e espaço na dimensão cotidiana. A afirmação, feita ao discorrer sobre a presença do homem sobre a terra, indicava que “a natureza está, sempre, sendo redescoberta, com a criação da natureza social” (Santos, 1992).

Isso porque, para este autor, o tempo e espaço foram construídos por agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura. O tempo tornou-se universal e o espaço é um marcador

importante em sua análise, por compreender que há dimensões do cotidiano que não são capturadas por visões hegemônicas.

Ao refletir sobre globalização contemporânea e os avanços tecnológicos, Santos (1992) afirma existir um tempo de paradoxos, o qual altera a percepção da história e “desorienta os espíritos”. Segundo ele, há um tempo universal despótico que é instrumento de medida hegemônico, ou seja, que comanda o tempo dos outros em um espaço cada vez mais globalizado, porém sem uma dimensão do real.

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares. O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas, ou hegemônicas. As primeiras são vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemônicos pelos primeiros, devem contentar-se de tempos mais lentos (Santos, 1994, p.13).

Santos (1994) defende a necessidade de se compreender, e menciona que a dimensão do espaço necessita ser compreendida para analisar temporalidades outras. Segundo o autor, a profundidade dos acontecimentos e as ações formam o que ele chama de quinta dimensão do espaço.

Para Santos, na junção do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, com suas variedades de objetos e ações, vão incluir a multiplicidade infinita de perspectivas, o que nos faz observar o espaço como um marcador importante para análise de fenômenos sociais.

O tempo do cotidiano compartilhado é um tempo plural, o tempo dentro do tempo. Hoje isso não é apenas o fato da cidade, mas também do campo. Em termos analíticos, a especialização chama-se temporalização prática, pois todos os atores estão incluídos através do espaço banal, que leva consigo todas as dimensões do acontecer. Ora, o acontecer é balizado pelo lugar e, nesse sentido, é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço (Santos, 1994, p. 13).

Para Santos (1994), tempo é “grosseiramente” o transcurso –, a sucessão dos eventos e sua trama, já o espaço é meio – o lugar material da possibilidade dos eventos. O mundo é a soma – “que é também síntese, de eventos e lugares”. A reflexão do espaço compreendido como cotidiano ocorre porque a cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. Assim, “tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis” (Santos, 1994, p. 19).

Milton Santos nos convoca a olhar o tem-

po e o espaço, que outrora foram manipulados por quem detinha o controle da narrativa sobre povos dominados. Tematizamos no entanto o que ocorreu no passado, fazendo uma conexão com as ocorrências atuais que conectam, ainda, mesmo após saltos na linha do tempo, povos marginalizados que foram penalizados para manter ereta a ambição do colonizador europeu.

Assim sendo, mesmo com visões propositivas sobre os sujeitos não brancos no mundo, com suas narrativas próprias e conectados por sua culturalidade, em que raça, gênero e etnia deveriam atuar como fatores mais de proximidade entre estes povos do que distanciamentos, temos outros olhares, como as de Gilberto Freyre (2003), como podemos ver na clássica e, de certa forma, intrigante obra *Casa Grande e Senzala*.

Nesta obra, de contribuição teórica questionável, é possível observar detalhes sobre a culinária, vestimenta, cultura e relações sociais entre negros e brancos em um Brasil ambientado pela escravidão, em num local específico, interior de Pernambuco. Mas que, na ótica do livro, pode ser confundido com uma situação que ocorria, certamente, em todos os engenhos do país.

A contribuição e equivocada defesa da miscigenação por parte de Freyre foi vista com muita polêmica por uma grande parcela de estudiosos da historiografia negra brasileira, que questionaram os métodos de análise do papel do coloniza-

dor e do colonizado. A mistura entre os povos pode ser focalizada como um dos pontos principais e intrigantes da escrita de Freyre (2003), tendo que o autor apresentava qualificativos que amenizavam a mistura entre raças, muitas vezes forçadas.

Alguns intelectuais negros, como Abdias Nascimento (1978), defendem que a miscigenação foi uma estratégia para diminuir e extirpar a presença da pessoa negra em países que se apossaram da mão de obra africana. Artimanha que usou de violações de diversas espécies, sendo uma delas a “miscigenação forçada”, por meio de estupro de mulheres negras (Nascimento, 1978).

CRÍTICA À LINEARIDADE DA HISTÓRIA: ENTRE MULHERES

Silvia Rivera Cusicanqui (2010), socióloga, historiadora e ativista boliviana, descendente aimara da Bolívia, defende que há, no tempo presente dos países latino-americanos, uma continuidade de colonialismo do século XV. A intelectual também questiona a historiografia oficial sobre a América Latina, assim como em outro contexto faz a pesquisadora nigeriana Chimamanda Adichie (2009) quando aborda sobre o perigo de se debruçar em uma história única.

Silvia Rivera, no entanto, defende que, para se contar outra história, outra narrativa, é preciso rever o contexto histórico, subverter o texto

colonial e colocar o ponto de vista do sujeito colonizado, subalternizado.

Desde hace tiempo he venido trabajando sobre la idea de que en el presente de nuestros países continúa en vigencia una situación de colonialismo interno. Y es en este marco que voy a hablar ahora sobre lo que llamo la sociología de la imagen, la forma como las culturas visuales, en tanto pueden aportar a la comprensión de lo social, se han desarrollado con una trayectoria propia, que a la vez revela y reactualiza muchos aspectos no conscientes del mundo social. Nuestra sociedad tiene elementos y características propias de una confrontación cultural y civilizatoria, que se inició en nuestro espacio a partir de 1532. Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: las palabras no designan, sino encubren, y esto es particularmente evidente en la fase republicana, cuando se tuvieron que adoptar ideologías igualitarias y al mismo tiempo escamotear los derechos ciudadanos a una mayoría de la población. De este modo, las palabras se convirtieron en un registro ficcional, plagado de eufemismos que velan la realidad en lugar de designarla (Rivera Cusicanqui, 2010, p.19).

A autora entende que o processo de descolonização não pode ser “apenas um pensamento ou uma retórica, porque as palavras tendem a ignorar as práticas” (Cusicanqui, 2010, p. 6). É a partir da noção de *historicidad propia* que se marca uma expressão da modernidade indígena, estabe-

lecendo uma versão mais original da história indígena. Pela sustentação de uma autodeterminação política e religiosa podemos compreender, por exemplo, o que significa uma visão dos povos originários referentes a sua própria historicidade, visando a desconstrução de imaginários e formas hegemônicas de representação.

Todo ello muestra que los indígenas fuimos y somos, ante todo, seres contemporáneos, coetáneos y en esa dimensión –el aka pacha– se realiza y despliega nuestra propia apuesta por la modernidad. El postmodernismo culturalista que las elites impostan y que el estado reproduce de modo fragmentario y subordinado nos es ajeno como táctica. No hay “post” ni “pre” en una visión de la historia que no es lineal ni teleológica, que se mueve en ciclos y espirales, que marca un rumbo sin dejar de retornar al mismo punto. El mundo indígena no concibe a la historia linealmente, y el pasado-futuro están contenidos en el presente: la regresión o la progresión, la repetición o la superación del pasado están en juego en cada coyuntura y dependen de nuestros actos más que de nuestras palabras (Cusicanqui, 2010, p. 54-55).

De acordo com Rivera Cusicanqui (2010), para o mundo indígena, a história não é linear, porque passado e futuro estão contidos no presente. Ou seja, a experiência da contemporaneidade faz com que indígenas, desde Bolívia, se comprometam com o presente, o que, por sua vez,

“contém em si sementes do futuro que brotam do fundo do passado”. Para a autora, “la regresión o la progresión, la repetición o la superación del pasado están en juego en cada coyuntura y dependen de nuestros actos más que de nuestras palabras” (Cusicanqui, 2010, p. 54-55).

O discurso da historiografia oficial ocultou ações dos colonizados que confrontaram e ainda confrontam o colonizador. O presente, como palco de pulsões modernizantes, e ao mesmo tempo arcaicas de estratégias que preservam o *status quo*, e outras, que significam a revolta e a renovação do mundo, como pontua Cusicanqui (2010), serve para derrotar o colonialismo, pois o discurso não capturou as ações de resistência, de rebeldia e insurgência, mais do que palavras é preciso ação: “é preciso derrotar aqueles que insistem em preservar o passado com todo o seu lastro de privilégios mal obtidos”. Mulheres negras e indígenas estão atentas sobre a problemática e se movem em busca de epistemologias mais representativas.

Latino-americana, Rivera Cusicanqui (2010) parece convocar os subalternizados do continente - negros e indígenas - a ressignificarem o passado e a se colocarem como agentes em disputas por novas narrativas.

Já a pesquisadora afro-dominicana Ochy Curiel (2007) critica, em suas análises, a visão androcêntrica de pensadores da América latina. Sendo uma intelectual comprometida em não negar

perspectivas que problematizam o colonialismo, questiona a posição elitista e androcêntrica no pensamento produzido por teóricos de epistemologias que procuram romper com um “certo eurocentrismo acadêmico” (Curiel, 2007). A autora é central para os estudos que repensam outras formas de aderirmos a novos currículos, com epistemologias outras.

A intelectual elabora em suas discussões questões sobre as feministas racializadas afrodescendentes e indígenas, que produzem conhecimentos desde os anos 70. Traz também discussões sobre o poder patriarcal e capitalista, bem como faz considerações do entrelaçamento de vários sistemas de dominação, dos quais racismo, sexismo, heteronormatividade e classismo. Contudo, reconhece que as vozes dessas pensadoras não são reconhecidas, independente de estudiosos/as que se voltam para a temática da subalternidade, há ainda posturas elitistas, além de visões masculinas e androcêntricas, não fortalecendo da forma desejável o que se almeja para a descentralização de currículos (Curiel, 2007).

Há, neste sentido, uma evidente disputa entre as existências subalternizadas, conforme traz Reis (2002), e existências consideradas hegemônicas. Como colabora Rivera-Cusicanqui (2020), o colonizador ainda mantém o lastro de privilégios. Continua nos espaços centrais que indica o que entra e o que sai no sentido de se pensar novas

epistemes do saber.

Curiel (2007) ainda colabora dizendo que as colonialidades de poder e gênero são denunciadas há tempos por mulheres intelectuais e feministas que pensam as relações do poder colonial e as formas de violências sobre corpos femininos negros e indígenas na América Latina.

A autora investiga que as enunciações de suas produções teóricas alcançam outras esferas dos estudos, visto que o entendimento do ser mulher, em situações de subalternidade, quando as mulheres são reduzidas aos papéis de escravizadas, amas de leite ou como objeto sexual dos seus senhores, também passa pelas teorias do gênero.

Ainda, recuperamos da filósofa argentina María Lugones (2014, p. 949) a referência à “colonialidade de gênero”, nos fazendo pensar no sentido de uma “coalizão no ponto da diferença” entre sujeitos.

Para tanto, o conceito de “amefricanidade”, amplamente discutido pela intelectual Lélia González (2019), faz concatenar as ideais que se somam para a recuperação de epistemologias negras, e também indígenas, abarcando todo um processo histórico de resistência e expansão do pensamento afro-latino.

A produção literária de mulheres e as epis-temes descoloniais, neste sentido, abrem margem para reflexões com relação à circulação de obras literárias escritas por mulheres negras no Brasil.

Pelas mulheres indígenas, e aquelas que estão na fronteira, como se considera a intelectual chicana Gloria Anzaldúa (1942-2004), a qual nasceu no Texas, EUA, cuja mãe era afro-indígena e o pai espanhol. Tematizamos assim outros olhares a fim de compormos uma escrita que representem mulheres negras e indígenas, pensando nas questões que envolvem gênero, raça e etnia.

Faz-se fundamental trazermos o descolonial afrodiaspórico, visualizado nas escritas de escritoras negras-africanas, como os trabalhos da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que trata, dentre outras temáticas voltadas às mulheres e ao povo africano, questões relacionadas ao feminismo “Sejamos todas feministas” (2015) e ao “Perigo de uma história única” (2009).

Esta última obra elucida o quanto foi libertador para a autora descobrir, já na tenra idade, que não era necessário inserir, em suas escritas, apenas a indicação do consumo de maçãs pelos personagens, mas sim de outras frutas, mais comuns em seu país de origem, como a manga, por exemplo. Não precisando também trazer trechos sobre a neve, que não era habitual na Nigéria, e poderia suprimir grande parte das personagens cujos olhos eram azuis, enquanto a vivência real dela era repleta de gente preta e de olhos também enegrecidos.

A escritora acompanhava um imaginário eurocentrado. Sendo assim, seus enredos tendiam

a tratar de questões da Europa, de um padrão branco, e não de África: “A meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis em face de uma história, principalmente quando somos crianças”². A fala da escritora nigeriana é um suporte para que possamos refletir sobre a importância de usarmos nossos saberes já adquiridos como ferramenta de reinterpretação e criação de histórias afrocentradas para construção de uma identidade étnica.

Assim também, romances da estadunidense Toni Morrison, em “Amada” (2007), e a escrita engajada de Conceição Evaristo, na obra “Ponciá Vicêncio” (2003), conectadas às denúncias de Scholastique Mukasonga em “A mulher dos pés descalços” (2017), que trazem questões sociais e políticas que retratam circunstâncias da vida de pessoas negras em África e nas Américas.

São obras que também propõem a ruptura com ciclos históricos da narração obediente ao *establishment*, ao *status quo* canônico e à visão dos colonizadores. Franz Fanon, em *Os condenados da terra* (2015), denunciou em sua obra os impactos da colonização sobre a psiquê dos colonizados.

Contudo, as escritas das mulheres em África e diáspora se assemelham, pois as mesmas partem de pontos de vistas conectados com as mesmas práticas sociais, as quais reconhecem e refletem sobre o impacto das estratégias do colonialismo nas subjetividades dos sujeitos colonizados,

também contribuem com a produção de narrativas literárias para a apresentação de literaturas atravessadas por problematizações que escapam às realidades vivenciadas por mulheres não negras, evidenciando-se assim práticas sociais afrodiaspóricas transnacionais.

Estas marcham, como fez Sojourner, rumo a uma identificação com questões que resgatam uma unidade específica contra o que foi imposto pelo colonialismo. Mulheres negras, indígenas e subalternizadas, nos textos os quais nos debruçamos, propõem uma desobediência epistêmica e justiça linguística, ao revelarem produções de conhecimento emancipatórios e subversões da classe, raça e o gênero.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da literatura calcada em pessoas subalternizadas, em conexão com epistemes descoloniais, teve o papel fundamental de fazer transitar entre nossa sociedade atual ideias de intelectuais e escritoras/es da América Latina. Pessoas que, utilizando-se das ferramentas e artimanhas da escrita e conhecimentos adquiridos, ousaram escrever sobre temáticas que traziam para a roda questões focadas em outros lócus enunciativos, voltados à outras epistemologias do saber, inclinados para o povo latino-americano (negros, indígenas, campesinos), afastando-se do que foi trazido

e dissipado como verdade pelo colonizador.

Pensando numa perspectiva descolonial - o ensejo é de seguir o que o intelectual sul-africano Steve Biko (1978) cravou em “Eu escrevo o que eu quero”, em busca de uma compreensão e crítica à subalternização de negros africanos mediante ao acharque de potências estrangeiras – em especial no campo da linguagem. Sublinhando-se assim a importância de povos negros escreverem suas próprias histórias, sem o apagamento de períodos e levando-se em consideração suas vivências, contrapondo as correntes eurocêntricas.

No que concerne à oralidade, há na atualidade textos transformadores que não precisam, em hipótese alguma, repetir os erros do passado, dominado pela ganância epistemológica de grupos que detinham um poder, outrora financiado por roubos de terras, massacres e serviços forçados.

Esta perspectiva de olhares para textos que abarcam discussões de epistemologias outras possíveis, de povos negros e indígenas, que vão além do que a Europa sempre buscou abastecer, tem sido encontrada nos materiais literários produzidos por escritoras/es que se voltam às histórias que foram interrompidas em dado momento histórico. Sendo, de uma maneira não totalizante, inseridos nas discussões que foram propostas neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto aponta para reflexões que abarcam outros campos do pensamento, numa efetiva travessia a fim de unir e reunir sabedorias descolinizadas, com a intenção de alavancar conhecimentos de povos minorizados em um amplo recorte temporal.

A inclusão de autores oriundos do Sul Global, que fortalecem esta pesquisa na percepção de fenômenos sócio-históricos e produção intelectual na América Latina, contribui para entendimentos outros sobre a produção teórica, literária e intelectual de sujeitos negros, indígenas e mulheres na América Latina, estendendo-se os estudos para colaborações advindas de pensadores/as africanos/as.

Nesta investigação, além de elencarmos teóricas/os e ativistas diversos das Américas e diáspora africana, que se aproximavam das problemáticas de povos considerados subalternos, trouxemos formas de resistências usadas por sujeitos não brancos na produção intelectual.

Abordamos autores como Lélia Gonzáles e Silvia Rivera, que denunciam e colocam em xeque o chamado privilégio epistêmico da branquitude, ao empreender reflexões sobre os enfrentamentos da população negra e indígena diante do apagamento, silenciamento e epistemicídio de práticas sociais.

Assim, outro aspecto a se considerar é que mulheres subalternizadas, oriundas de países do Sul Global ou até mesmo de países nortecêntricos, dedilham suas historicidades próprias, ou seja, narram “desde dentro”, desde a própria vivência indígena, negra, campesina, lésbica, trans, entre outras, contribuindo no partilhar de conhecimentos não visitados por aqueles que outrora produziram a hierarquização de existências.

A perspectiva interseccional, não explorada neste trabalho, demonstra a importância do cruzamento das categorias de análise e não apenas o uso da classe para análise de fenômenos sociais, como ainda é recorrente nas universidades. Bem como, demonstrou que a ausência de intelectuais negras e indígenas na formação de um currículo pode limitar a análise da produção literária de mulheres negras, visto que ainda há muito o que se investigar sobre as vivências afrodiaspóricas e pindorâmicas.

Este artigo buscou desafiar produções eurocentradas, mostrando possibilidades outras de acesso a historiografias de pessoas negras e indígenas a partir de trabalhos intelectuais advindos de autorias latino-americanas/os e afrodiaspóricas. Em que se procurou conectar e compreender cada vez mais narrativas de povos subalternizados, pensando em um alcance de conceitos que seguem na contramão do pensamento colonizado e próximos aos indicativos antirracistas, anticoloniais e progressistas.

REFERÊNCIAS

BIKO, Steve. Aelred Stubbs (ed.). **I Write What I Like: A Selection of His Writings**. London: Heinemann. ISBN 978-0-435-90598-9. 1987.

CONFERÊNCIA ANUAL, Ted Global 2009 – De 21 a 24 de julho
Oxford, Reino Unido. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZUtlR1ZWtEY&feature=emb_logo. Acesso em: 28 jul. 2024.

CURIEL, Ochy. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. *Nómadas* (Col), núm. 26, 2007, pp. 92-10. Universidad Central Bogotá, Colombia, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241010>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón. 80pp, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora UFJF, p. 289, 2015.

FRANKENBERG, Ruth. Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse. *In*: FRANKENBERG, Ruth. **White women, race masters: The social construc-**

tion of whiteness. USA: University of Minnesota. 1999a. p. 70-101 Frankenberg, 1999b, pp. 70-101.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Fundação Gilberto Freyre, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, p. 29-47, 2008.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman: Black Woman and Feminism**. Tradutor: Libanio Bhuvi. Editora Rosa dos Tempos, 2019.

JOBIM, José Luís. **Literatura Comparada e Literatura Brasileira: circulações e representações**. Rio de Janeiro: Makunaima; Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo Cubano del Tabaco y del Azucar**. Habana: Universidad Central de Las Villas, 1963.

PAZ, Octavio. **Puertas Al Campo**. Colección

'Biblioteca de bolsillo, 1989.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: E. Lander (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**, Argentina, Colección Sur-Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

REIS, Livia. Testemunhos femininos: permanência e tradição. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio; RAVETTI, Graciela; DUARTE, Constância Lima (Org.). **Gênero e representação em literaturas de línguas românicas**. 1. ed. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas/Faculdade de Letras-UFMG, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **A redescoberta da Natureza**. Estud. av. vol. 6 no.14. São Paulo Jan./Apr. 1992. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000100007&script=sci_arttext)

[40141992000100007&script=sci_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000100007&script=sci_arttext). Acesso em: 28 set. 2023.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Carlos Humberto. **Produtividade agrícola de cana-de-açúcar em diferentes sistemas de cultivo e idade canavial**. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Rio Largo, 2019,65p.

NOTAS

¹A pesquisadora Ruth Frankenberg (1999b) define a branquitude como: "um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo".

²Conferência Anual – Ted Global 2009 – De 21 a 24 de julho de 2009.

Oxford, Reino Unido. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY&feature=emb_logo